



O Jornal como Dispositivo de Subjetivação: onde está o leitor?

Thales Uilela Lelo¹

Resumo

Este artigo parte da inquietação formulada por Maurice Mouillaud acerca do lugar do leitor no jornal. Propõe-se pensar na figura do leitor em dois momentos distintos: enquanto ser abstrato imerso no campo de possibilidades de implicação no jornal e enquanto subjetivação do dispositivo que se particulariza na condução de uma experiência de leitura. Esta dupla existência do leitor aponta então para o modo como o processo de subjetivação ocorre e para a forma de interlocução destes leitores-qualquer capturados pelo dispositivo do jornal. Em diálogo com referências contemporâneas do pensamento da comunidade, a subjetivação será examinada tendo como válvula motora o mito de um “mundo comum partilhado” pressuposto pelo jornal – mito este que só é interrompido pela exposição da comunidade de leitores singulares.

Palavras-chave: *Comunidade; Dispositivo; Jornal; Leitor; Maurice Mouillaud.*

1. Introdução

Maurice Mouillaud, em uma brilhante passagem dedicada ao horizonte de leitura erigido pelo jornal cotidiano, esboça a seguinte interrogação:

Onde está o leitor do jornal? Ele não figura no jornal. Dado que tem de ter todo e qualquer aspecto, não é figurável: uma multiplicidade de assuntos singulares, uma entidade anônima cujo status é análogo ao nome do jornal, um local vazio e que assim deve ser para poder ser um olhar sobre o mundo. O nome do jornal é o local em que o leitor é convidado a pôr seu olho como em um dos olhos mágicos dispostos pelo cineasta Greenway no espaço de uma cidade (2002c, p.188).

¹ Estudante do 8º semestre de Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Bolsista de Iniciação Científica do PIBIC/CNPq e integrante do Grupo de Pesquisa “Linguagem, narrativas e recepção”.

Esta inquietação enigmática do autor aponta para um leitor possível que antecede a figura do sujeito concreto que abre as páginas do seu periódico diariamente. Seria o homem ordinário que no ato de leitura vê o seu suposto mundo ser exposto e atualizado pelas massas de textos apresentadas rotineiramente uma figura abstrata? Longe de apontar para uma metafísica do leitor, a questão que Mouillaud nos coloca sugere que tal sujeito, antes de se tornar uma entidade concreta, se cristaliza no terreno da possibilidade.

Mas, se “o leitor não pode aparecer no jornal” (ibidem, p.190), em qual lugar ele reside? Possivelmente, a imagem do indivíduo que lê é - tal qual confabulada assim que se pensa no ato de leitura de um diário - uma figura exemplar. Remetendo a Giorgio Agamben, torna-se possível dizer a condição peculiar do exemplo. Imaginado como um caso real tomado do mundo da vida cotidiana, ele não pode, de modo algum, se transmutar nessa materialidade por não ser passível de redução a casos particulares. Precisa então estar nessa estranha condição que, nas palavras do filósofo, é a de não ser nem particular nem universal, mas sim “um objeto singular que (...) se dá a ver como tal, mostra a sua singularidade (...) o lugar próprio do exemplo é sempre ao lado de si próprio, no espaço vazio em que se desenrola a sua vida inqualificável e inesquecível. *Esta vida é a vida puramente linguística*” (1993, p.16, grifo do autor).

Talvez seja possível dizer que o leitor imaginativo que é mentalmente rascunhado a cada vez que se pensa na ideia de um jornal (já que não é provável pensar em um jornal sem leitor) é uma entidade em primeira instância de ordem linguística. Por esta razão no jornal mesmo o leitor não pode aparecer. Não enquanto uma entidade concreta. Todavia, como já dito, se este leitor é um ser exemplar, sua imagem universal também não pode abdicar totalmente dos tais sujeitos. Ainda que o exemplo mesmo não trate de instâncias reservadas, ele ainda se compromete a não estar além das dimensões possíveis que tornam algo exemplar de uma série de casos alinhados. O leitor-qualquer que emerge quando se concebe o momento da leitura é também um leitor-qualquer possível que está para ser capturado pelo dispositivo do jornal (mas que não existia antes de seu enlace). É o dispositivo que cria seus sujeitos, tal qual dizia Agamben (2009)².

² No texto de Agamben está declarada sua dívida para com o pensamento de Michel Foucault e suas reflexões basilares sobre dispositivo. O filósofo italiano procura, em seus termos, estender o campo de ação do conceito de Foucault, desvinculando o dispositivo de contextos institucionais. Maurice Mouillaud (2002a) também trabalha com o jornal a partir da noção de dispositivo, mas em seu tratamento o termo surge a partir de uma sociosemiótica do texto com suas formas de disposição em relação unicamente ao leitor possível – e não em sua interlocução com o ser vivo que é implicado na condição singular do leitor. De todo modo, é importante não abandonar a referência a Mouillaud por ser o ponto nodal deste trabalho. Assim, procuro

Destarte, o dispositivo que opera um processo de subjetivação (produzindo então seus sujeitos), está para o leitor concreto assim como o exemplo está para a especificidade. Antecedendo ao momento da leitura mesmo, o leitor é um horizonte de possibilidades idealizado pelo dispositivo do jornal. O olho mágico só se revela para aqueles que possuem as competências necessárias para enxergá-lo e utilizá-lo como um meio útil de ver o mundo que se esconde do outro lado. E tal olho deve ser criado planeando, de algum modo, um sujeito exemplar que o irá empregar. Por fim, o mundo que se abre do outro lado também não deixa de ser um mundo potencialmente apreensível. Para que o jornal figure como objeto de leitura, precisa se circunscrever num ambiente comum de experiência. Precisa, em suma, ser elaborado tendo um leitor qualquer no âmago de seu modo de dizer o mundo. Como propõe Francisco Ortega comentando a obra de Maurice Blanchot, “o leitor não tem uma existência independente do escritor; ele é interior à obra, é uma sombra, um duplê do escritor; mas, precisamente enquanto transparente e impessoal, o leitor é único e insubstituível” (1998, p.5).

2. O leitor subjetivado e a experiência

No que tange a experiência, o jornal, caminhando ao lado de seus leitores quaisquer imaginados, é um veículo de expressão que possibilita uma reconstituição e reconhecimento público – a criação efetiva de tais leitores. Em seu processo de criação permanece público por ser passível de reconstrução e apreensão coerente – uma experiência possível. O pragmatismo de John Dewey já havia se preocupado com esta questão tomando como referente o objeto artístico em sua passagem para o campo da experiência. O autor afirma que “a expressão da experiência é pública e comunicativa porque as experiências transmitidas são como são graças às experiências dos vivos e mortos que as moldaram” (2010, p.466). O filósofo garante que mesmo que um artista não tenha a intenção de comunicar, sua arte, para que seja tida como expressiva, não poderá deixar de ser comunicativa. Pois a comunicação é o terreno no qual “as coisas, adquirindo significado, adquirem, por intermédio deste, representantes, substitutos, signos e implicações, os quais se apresentam como infinitamente mais dóceis para o manejo, mais permanentes e mais aptos quanto à acomodação” (idem, 1980, p.29).

mesclar as duas concepções articulando em direção a um dispositivo que modela seus sujeitos em relação ao seu campo de ação possível.

Destarte, para pensar no processo de subjetivação, me ancoro na estrutura bifásica da experiência conceituada por Dewey (2010). O autor arrazoa sobre dois componentes imersos na experiência, ambos resultantes da interação entre uma criatura viva e um aspecto do ambiente que a circunda. De um lado, diz que em toda experiência há uma parcela de sofrimento, que é aquilo que provêm do ambiente e agencia os sujeitos que tem as competências necessárias para incorpora-lo e torna-lo coerente. “É um processo composto por uma série de atos reativos que se acumulam em direção à realização objetiva” (idem, p.134), assegura o autor. Em um segundo momento, indica haver na experiência também um componente de ação que é destravado a partir da percepção e avança como um impulso, se tornando vivenciado por um sujeito que, tendo um propósito, atua sobre a experiência e participa dela como agente.

No caso específico do jornal, trabalho com a conjectura de que a travessia feita pelo leitor que sai de seu mundo em direção à alteridade em uma caminhada até as cercanias do dispositivo é iniciada quando o sujeito se encontra com seu duplo possível que o exterioriza de si mesmo. A experiência de leitura se inicia então com uma afetação produzida pelo choque entre o ser vivo e o leitor possível do dispositivo que subjetiva este ser em leitor. Esmiuçando o que foi proposto anteriormente, se o jornal vislumbra a comunicação, se gera leitores possíveis no momento mesmo de sua criação por tê-los consigo em seu princípio, a competência básica para que estes leitores sejam envolvidos pelo dispositivo é que consigam ser mobilizados por ele, experimentando-o na singularidade de sua condição. Para que o jornal conduza uma experiência em quem o lê, é necessário tê-lo em seu horizonte de comunicabilidade (ainda que não esteja necessariamente intencionado em gerar determinado leitor).

Em um plano posterior, a experiência de leitura se compõe de um leitor subjetivado que vai atuando em direção a este seu duplo possível tornando coerente a experiência de leitura a partir das tensões imersas nesta trilha³. A linha de chegada desta experiência (composta de início, desenvolvimento e consumação) pode apontar para uma conclusão intelectual, que vai além da experiência por si mesma, sendo passível de aplicação em outros contextos, ou pode, em suas extensões afetivas, tomar conta da experiência de leitura como um todo e ser ela então inflamada por um veio estético que predomina enquanto integração das partes atravessadas em sua extrema especificidade.

³ Tensões estas que serão expostas no tópico quatro.

Em ambos os casos, o que fica claro é que o dispositivo só apanha e cria seus leitores se estes puderem se mover ao encontro de seus duplos possíveis no ato de leitura - redescobrando-os na experiência. E os dois momentos da experiência caminham contíguos apesar de serem distinguidos teoricamente - já que o excesso de receptividade impede que a experiência tenha sentido e a extrapolação da ação se torna pura descarga emocional precipitada sem as pressões do ambiente que a modelam.

Mas se o leitor é o resultado da relação de corpo a corpo entre os seres vivos e os dispositivos que o encapsulam como um ser-do-dispositivo, como este leitor possível é capturado pelo olho mágico do jornal e se particulariza em um sujeito leitor? Para adentrar neste questionamento, é necessário, inicialmente, apreender as colorações que substanciam o processo de subjetivação⁴. Articularei acerca desta engrenagem de reconhecimento/particularização tendo como pano de fundo a implicação do leitor subjetivado na produção simbólica do real operada pelo jornal. Esta implicação é o que permite (como ilustra Mouillaud), que se abra um impresso e se diga: “o que há no jornal? O que ocorre no mundo?” (2002c, p.175). Neste gesto corriqueiro a barreira entre o leitor possível e o sujeito do dispositivo se dissolve parcialmente, e, tal qual assegura Jean-François Tétu (2002), o jornal “faz acreditar” que seu discurso é (ou ao menos deveria ser⁵) um *metadiscurso*, uma fala indireta que se modela como um canal pelo qual se entrevê o mundo. Portanto, quando as duas faces do leitor tentam se encontrar é porque o dispositivo capturou seu sujeito na crença de que pelo jornal há um mundo comum de que falar (ainda que este mundo não seja experimentado necessariamente nas colorações que o jornal propõe).

Para além de tentar radiografar as configurações do artifício que permite que seres vivos sejam transmutados em leitores do jornal, um segundo objetivo será ajuizar acerca do tipo de relação que se institui entre aqueles que são afetados pelo dispositivo. Valendo-me

⁴ Não serão diagnosticadas neste trabalho denúncias como as de dessubjetivação provocada pelos dispositivos midiáticos e a limitação do caráter profanatório da linguagem provocada pelos mesmos, tal qual sugere Giorgio Agamben (2007, 2009). Da mesma forma, evitarei tratar com maior profundidade a pertinência do entusiasmo de teóricos contemporâneos como Peter Berger e Thomas Luckmann (2004), John Thompson (2009), Roger Silverstone (2005) e Gianni Vattimo (1992) (cinco nomes de uma lista que poderia ser estendida), que propõe que a dessubjetivação possibilita o desenraizamento dos corpos concretos e seu encontro com outros mundos comuns que se expõe igualmente em suas inconsistências, sendo neste processo o dispositivo o centro de convergência de novas comunidades.

⁵ Com esta ponderação, fica claro que mesmo nos discursos que criticam a tendenciosidade ou a irreabilidade do mundo comum proposto pelo jornal (posto em suspensão e questionamento), o processo de subjetivação não deixa de ocorrer porque ainda há a implicação do leitor neste mundo que ele crê que deveria dar a ver determinadas nuances até então obscurecidas de um visível comungado.

das palavras de Jean-Luc Nancy (2000), se a comunicação é o lócus pelo qual as singularidades se expõem e se apresentam em comunidade, qual é a comunidade que o jornal cria?

Tentarei argumentar principalmente a partir de referências contemporâneas do pensamento da experiência comunitária, boa parte deles inspirado no trabalho de Georges Bataille (Jean-Luc Nancy, Maurice Blanchot e Roberto Esposito). O objetivo será evidenciar que a comunidade que o jornal cria não tem as características de uma obra que ligaria seus sujeitos dispersos. O sentimento comunitário não é partilhado por meio do jornal. O que é partilhado é a própria exposição do sujeito-leitor-subjetivado em sua tentativa de contato com seu duplicado possível que confere cadência a experiência de leitura.

3. O mito no processo de subjetivação

Como foi inferido logo acima, há um processo de subjetivação implícito na leitura de um diário. O dispositivo envolve seus sujeitos e os transmuta nos leitores que percorrem as páginas do impresso. Estes, por sua vez, conseguem tornar as camadas de texto elementos que potencializam a delineação de uma experiência no ato de leitura. O presente do jornal se torna então o presente do seu leitor, como assevera Mouillaud (2002c). E o leitor possível exemplar que é sugerido no jornal se materializa em um ser vivo que tem as competências necessárias para ser apanhado por esta matriz que aponta horizontes e fecha outros no ato de leitura, novamente segundo Mouillaud (idem).

Mas, o que dizer do modo como estas singularidades são particularizadas? Retomando Mouillaud (idem) uma última vez, talvez uma pista esteja indicando o caminho a traçar: na fórmula apresentada pelo jornal, o pano de fundo é um mundo comum que está sugerido pelo dispositivo. Este mundo provoca seu leitor em uma intensidade tal que não seja provável um distanciamento consciente. Isto porque há a crença de que o jornal é a ambientação pela qual fala um mundo partilhado⁶. Deste modo, a subjetivação processada pelo dispositivo não ocorre porque jornal, leitor e mundo se encontram unidos

⁶ Esta crença não é proveniente unicamente do dispositivo, mas é atualizada por meio dele. Ela pode ser alimentada em outras instâncias no tecido social (através das conversações cotidianas) e até mesmo por meio de outros dispositivos. No caso do jornal, particularmente, ainda que o leitor não seja pego pelo universo que transborda pelas páginas impressas, pode muito bem o ser quando implicado por outros dispositivos que o levam ao encontro deste por serem mais críveis para seus leitores (tais quais a internet, a televisão e o rádio o são em determinadas redes de sociabilidade).

em uma mesma atmosfera, mas sim porque o leitor subjetivado pôde ver um caminho que o liga a sua duplicata exemplar; e, em última instância, uma identificação mínima entre ele e este outro idealizado. Neste reconhecimento ínfimo, jaz a crença evanescente que perpassa o tecido social de que o dispositivo fala a linguagem do cotidiano compartilhado – no caso específico do jornal, a crença de que, por meio dele, falam (ou deveriam falar) as vozes de um mundo comungado que nos envolve. Em Jean-François Tétu, está descrito o procedimento: “Na medida em que o jornal é o local da confluência de uma grande variedade de discursos, poder-se-ia pensar que o ‘social’ fala nele e através dele. É, de fato, a ilusão que o jornal quer produzir” (2002, p.198). Em outras palavras: se é admissível para alguém abrir um jornal e, por meio dele, saber que daquele aglomerado de páginas se pode ler (ou deve-se) ler o que se passa no mundo, então este ser vivo já foi subjetivado enquanto leitor.

Recorrendo novamente a Jean-Luc Nancy (2000), irei refletir sobre este mecanismo de subjetivação por meio da seguinte proposição: a afetação causada pelo dispositivo é fomentada através de uma estrutura de mito. Com isso digo que não é no jornal mesmo, enquanto matéria, que se desencadeia o processo de subjetivação, mas que ele é a ignição de uma ação que o antecede. O ato de leitura renova ininterruptamente as expectativas para com a pertinência do mito, mas ele é tão somente a exposição à comunicação e não pode se resguardar como uma obra concluída de forma autônoma. Por meio dele, o silêncio da comunidade que não é criada pelo jornal é borrado pela figura de uma comunicação comunitária, por um suposto espaço público comum que falaria por detrás das páginas (concepção esta que anima o jornalismo enquanto instituição social). Este mito, engrenagem básica do dispositivo, é o que o torna coerente e o permite criar seus sujeitos⁷.

Para avançar nesta ideia do mito como substância viabilizadora da subjetivação promovida pelo dispositivo, pretendo falar brevemente sobre algumas dimensões que animam o mito, que se sustentam nele e falam na linguagem da ficção criada por ele. Uma primeira delas, de saída, cabe pormenorizar, fazendo referência a três proposições teóricas

⁷ Com esta asserção não pretendo propor que há uma fina camada de aparências que esconderia a “real” comunidade que criada pelo jornal. Afinado com Jacques Rancière, considero que as aparências não são uma obstrução da essência, mas a “introdução, no campo da experiência, de um visível que modifica o regime do visível. Ela não se opõe a realidade, ela a reconfigura como um duplo” (1996, p.102). Da mesma forma, não vejo que o dispositivo do jornal produz uma ficção do real, já que “o real precisa ser ficcionado para ser pensado” (RANCIÈRE, 2009, p.58) – ou seja: rearranjado, redistribuído em suas trajetórias de visibilidade. Neste ponto, concordo com Agamben (2009) que não há formas corretas ou erradas de utilizar o dispositivo, pois em todas elas ele precisa primeiro criar seus sujeitos para que eles então consigam experimentá-lo.

que discorrem a respeito do mito de que o mundo do qual o discurso midiático trata (em sua produção simbólica do real) não é um mundo que está fora do universo cotidiano. Assim, 1) seja na tendência totalizante do discurso midiático em tornar transparente e totalmente dividido o mundo, tais quais as preocupações de Jean-Louis Comolli (2008) e Jacques Rancière (1996) evidenciam; 2) ou mesmo na possível natureza exotérica e especular deste discurso, do modo como apontado no pensamento de Adriano Rodrigues (2002); 3) e ainda o culto da informação transparente derivado do pensamento cibernético de Norbert Wiener (1978) (e problematizado em Phillipe Breton (2000)) todas estas conjecturas se ancoram em uma mesma diretriz: não é de outro mundo de leitores que se fala no jornal, é de um mundo de leitores implicado neste presente vivenciado em comum.

Vera França propõe que, neste tipo de impresso, “múltiplas vozes se condensam em um só sentido. Pelo menos em um sentido de fundo, um sentido que engloba a diversidade e a cacofonia, o dizer juntos, o sentimento de estar juntos. A palavra do jornal é sinal de convergência. O sentido plurívoco é sucedido pela reunião, pela comunhão” (1998, p.220). Neste caso, se o dizer do jornal não importa tanto por seu valor informativo, mas por sustentar esta “imagem da cidade” e do mundo comum, chega-se a conceituação de que o mito é a vontade de comunidade, “o desejo espontâneo de levar a cabo com o poder do mito a comunhão que o mito representa, e que representa como uma comunhão ou como uma comunicação de vontades” (NANCY, 2000, p.71). Este mito é o que permite que se diga que o jornalismo, de alguma forma, constrói a realidade social (para remeter ao pensamento de Gaye Tuchman (1978) e de Miquel Alsina (2009)) ou ainda o agendamento de determinadas pautas de debate nas conversações cotidianas, segundo Bruno Leal, Elton Antunes e Paulo Vaz (2010).

Decorrente desta primeira articulação está a supracitada peculiaridade do jornal de falar sobre os acontecimentos como se o discurso da imprensa fosse um canal pelo qual transitam as falas sociais sem quaisquer limitações de âmbito discursivo. Jean-François Tétu (2002) trata isto que ele alinha de “efeito de real” como uma forma canônica no jornalismo contemporâneo - ancorado na paisagem mítica de um discurso que se dilui amparado por outros. Segundo o autor, “a informação não parece ter outro objetivo além deste: produzir o efeito que isto é” (idem, p.195).

Em Maurice Mouillaud (2002b, 2002d) surgem observações similares. Seja por meio de um sistema de citações que estabelece o habitat de um jornal sem enunciador (sem voz), ou na tendência do *Libération* em instituir-se como uma “sala de ecos” que seriam a

“imagem da cidade” sem voz única (mas sim ambientada em um terreno disperso e fragmentado), a música do mito é a tônica que funda a ficção de um jornal com a voz de outros quaisquer desse mundo comunitário idílico – permitindo ao seu leitor encontrar seu território nesse mapa ainda não habitado, mas supostamente aberto para tal recepção e ação conjunta com outros leitores em situação análoga. O mito é o motor do processo de subjetivação (como já dito), mas a união que ele opera é a dos implicados em seu agenciamento - e não uma união de modos de “agir em comum” com o dispositivo. O “agir em comum” é não mais que uma das possíveis crenças que abastecem esta engrenagem.

4. A comunidade que o jornal não cria

Jean-Luc Nancy (2000) se aproveita de uma alegoria para identificar a relação existente entre o mito e a comunidade. Assim, compara o mito a uma música que ressoa em um concerto. Enquanto ela perdura, a comunidade pode ser proclamada - seja enquanto reunião seja enquanto o ideal de uma comunicação comunitária. Mas o que ocorre quando o som que tomava conta do ambiente é silenciado? Nesse instante, uma mistura de silêncio e ruídos ocupa o lugar que há alguns momentos aparentava uma harmonia imanente. Estes sons se convertem na música da própria interrupção, uma música que, segundo o filósofo, poderia ser comparada a um eco que não repete aquilo que o faria reverberar. Esta música da cessação é o que o autor entende como a voz da comunidade. Em suas palavras, “existe uma voz da interrupção, e seu esquema se imprime no rumor da comunidade exposta a sua própria dispersão. Quando a emissão do mito se detém, a comunidade – que não se acaba, que não fusiona, e tão somente se propaga e se expõe – se deixa ouvir de certa forma” (idem, p.76).

A comunidade se funda então como uma faceta distinta do mito. Não se opõe a ele porque as mitologias são essenciais para sua existência. Não há comunidade fora do mito, assim como não há concerto sem uma música passível de interrupção – música que expõem as vozes fragmentárias que se calavam enquanto as notas retumbavam na plateia. Mas a comunidade é também uma resistência ao mito, limitando seu avanço em direção a uma imanência absoluta. A comunidade absoluta que o mito enseja é uma comunidade na qual há um ser comum partilhado por todos os participantes. E a comunidade interrompida é aquela que resguarda as distâncias necessárias para manter os seres em contato tão somente por sua exposição em comum.

Traduzindo estas considerações para o âmbito da discussão anteriormente empreendida, o que se pode dizer da comunidade criada pelos leitores subjetivados pelo dispositivo? O que eles têm em comum em sua exposição? A cacofonia ocultada pelo movimento mítico de convergência propagado pelo jornal é o lócus da comunicação enquanto apresentação-em-comum. Não são seres em comum, mas são expostos-em-comum. Nancy fala em ser-em-comum, e não ser comum. Isso porque “a existência não é senão a ser partilhada. Mas esta partilha (...) não distribui uma substância nem um sentido comum. Não partilha mais do que a exposição do ser, a declinação de si, o tremor da interioridade exposta: partilha-nos” (2010, p.421).

Desse modo, a comunidade que fala quando o mito se interrompe é uma comunidade que não anseia um destino em comum, mas que expõe suas singularidades, que as abandona no mundo no ponto em que elas se tocam e oferecem sua essência. E o que está oferecido não era algo completo antes mesmo da exposição. Não é um ser pronto que se exterioriza. Ele só é algo mesmo na exposição, em seu ponto de toque com as outras singularidades oferecidas. “Existir consiste então em considerar seu ‘si mesmo’ com uma ‘alteridade’” (NANCY, 2000, p.119). Existir é ser alguém para alguém, e não na presença ao si.

O leitor possível que se subjetiva no leitor do jornal é um ser-em-comum, que se constitui em sua própria alteridade de leitor. Vera França, remontando ao pensamento de Francis Jacques, afirma que o material simbólico do jornal é o “isto”, “o Outro que não é o outro com quem ‘eu’ partilha ou se opõe, mas aquele que transcende eu/tu e os estabelece por sua exterioridade” (FRANÇA, 1998, p.52). E este leitor não é uma entidade preexistente; ele ocorre na interlocução com o dispositivo.

O leitor possível força o esvaziamento da individualidade e obriga a subjetivação a espiar imaginariamente do outro lado, mantendo sua distância com este ser que ele desconhece, que não pode possuir. E este possível que o leitor subjetivado quer encontrar é também sua própria distância de si mesmo enquanto um leitor – parte do mundo comum de leitores singulares que não é o seu mundo próprio, mas um mundo do qual ele faz parte quando se expõe a esta distância que não o permite se aproximar mais do que o limite da exposição. Uma relação singular de estar fora de si. Um movimento, que, segundo Jean-Luc Nancy (2000), produz uma experiência que vem do sujeito e o devasta, o lançando à interlocução com um outro (o leitor possível) que é a comunidade mesma enquanto distância que se mantém. Aproveitando de uma reflexão de Maurice Blanchot (2002), diria

que a experiência de ser afetado pelo jornal e de ser implicado por ele só é comunicável por ser uma abertura ao próximo, um movimento de dissimetria do si e do outro que ele enseja - mas não consegue se aproximar para além das separações que a alteridade protege.

A comunidade coloca o leitor subjetivado no risco de se perder no caminho em direção à possibilidade de leitura que o implicou naquele mundo comum do qual o jornal falava a respeito. Ela une estes leitores nestes limites arriscados de exposição, que, segundo Roberto Esposito (2007), são o acontecer da comunicação: ocorrência que não vêm de seres intactos, mas entre aqueles que se colocam em jogo no limite de perder-se tentando se aproximar. O mito que escora o jornal faz com que seus leitores implicados se exponham em direção aos outros que eles veem como parcelas do seu mundo, mas que não conseguem avançar em direção a eles mais do que sua própria situação os permite. Querer domar os outros que são a “sala de ecos” do jornal como “domínios de si” se torna infundado porque a comunidade que fala quando o mito se cala não permite esta imanência. Aquele que busca seu duplo possível e acontece na leitura é um ser-em-comum com outros expostos à mesma situação – uma situação que não permite um extravasamento das distâncias que mantém os outros como outros e não como substâncias de um sujeito comum totalizado.

Por fim, em consonância com as palavras de Jean-Luc Nancy, diria que o estar exposto à ocorrência é a existência em um tempo em que nos encontramos juntos lançados a nós mesmos enquanto heterogeneidade – um tempo que nos ocorre por ser nosso, mas que nunca verdadeiramente pode ser próprio do “nós” por ele mesmo não ser uno. Não somos, mas acontecemos, “e cada indivíduo que ocorre não ocorre senão através da comunidade de ocorrência, que é a nossa comunidade” (NANCY, 2000, p.120). O mito dos leitores que partilham um mundo comum então coloca suas subjetivações implicadas nesta provocação em uma comunidade de ocorrências na qual o tempo não se deixa transmutar em um fluxo homogêneo, mas sim permeado por estas resistências que controlam e dão a coerência necessária à experiência no âmbito da heterogeneidade. Nesse momento, é possível agir sobre a afetação: é possível conferir ritmo nas tensões que surgem deste jogo de exposições.

5. Considerações finais

Para concluir este texto, se faz necessário retomar a inquietação inicial de Maurice Mouillaud mirando uma síntese do que foi dito até então: onde está o leitor do jornal? O

leitor está no jornal inicialmente como um campo de possibilidades (uma singularidade exemplar). Mas o que faz com o dispositivo crie um leitor em seu processo de subjetivação não é o fato de que alguém simplesmente consiga ler o jornal. Este alguém precisa ser implicado por este jornal, precisa ser capturado pelo seu olho mágico que aponta para o mito de um mundo comum que fala em algum lugar do impresso, que dá a ver o presente para o seu leitor. Este mundo pode estar apresentado no periódico como se este fosse o mundo mesmo sem mediações, ou pode ser entendido como um mundo mediado e controlado profissionalmente por profissionais que o transcrevem aproximando-se de sua linguagem própria. O dispositivo ainda pode criar seu leitor ao o colocar em contato com um jornal que não esteja falando de alguma fatia deste mundo comum (ou dele em sua totalidade), mas que deveria estar discursando em sua terminologia.

A germinação dos leitores subjetivados ocorre quando a força motriz do dispositivo surtiu efeito: o mito de um mundo comum que fala por meio dele. Este mito sujeita seus leitores a seus limites, os coloca em uma exposição à alteridade que os constitui enquanto leitores. Os leitores se lançam ao encontro de seus possíveis se arriscando a perder-se transpassando os limites da alteridade. Mas só conseguem conduzir a experiência de leitura, em suas tensões e heterogeneidades, nesta ocorrência que se torna uma travessia (composta de início, desenvolvimento e consumação). O mito do mundo comum, da fusão comunitária, é a ficção que anima o percurso do leitor que quer se encontrar no jornal, mas que se depara por outro lado lançado às interrupções da comunidade de distâncias gerada na leitura. Distância entre o jornal e suas subjetivações impossibilitadas de avançar para além dos seus limites. Distância entre um leitor que não está no jornal - mas é pressuposto dele - e de um leitor que se vê implicado pelo jornal - mas é limitado em seu encontro com o mundo comum amparado por ele. Deste conflito, o leitor pode ter uma experiência em seus compassos, tensões e fluxos - experiência esta que se consoma em sua reverberação em outros contextos como um dado do mundo social partilhável nas teias de sociabilidade; ou mesmo como veículo para que seja aguçada a sensibilidade estética que se configura naquilo que se entende como pertencente à esfera do comum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. **A comunidade que vem**. Lisboa: Editorial Presença, 1993.
- AGAMBEN, Giorgio. Elogio da profanação. In: AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? In: AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.
- ALSINA, Miquel R. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BERGER, Peter T., LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido – a orientação do homem moderno**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BLANCHOT, Maurice. **La comunidade inconfesable**. Madrid: Editora Nacional, 2002.
- BRETON, Philippe e PROULX, Serge. **Sociologia da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2006.
- COMOLLI, Jean-Louis. **Ver e poder – A inocência perdida: cinema, televisão, ficção, documentário**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- DEWEY, John. **Arte como experiência**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- DEWEY, John. Natureza, comunicação e significado. In: DEWEY, John. **Experiência e natureza**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- ESPOSITO, Roberto. Nihilismo e comunidade. In: PAIVA, Raquel (Org.). **O retorno da comunidade: novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- FRANÇA, Vera V. **Jornalismo e vida social: a história amena de um jornal mineiro**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- LEAL, Bruno S; VAZ, Paulo B.; ANTUNES, Elton. De quem é a agenda? In: Benetti, Márcia; FONSECA, Virgínia P. (Orgs.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010.
- MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio D. (Orgs.) **O Jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002a.

MOUILLAUD, Maurice. O sistema das citações. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio D. (Orgs.) **O Jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002b.

MOUILLAUD, Maurice. Posturas do leitor. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio D. (Orgs.) **O Jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002c.

MOUILLAUD, Maurice. Le Monde e Libération em perspectiva - uma tendência: Libération. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio D. (Orgs.). **O Jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002d.

NANCY, Jean-Luc. **La comunidad inoperante**. Santiago: Escuela de Filosofía Universidad ARCIS, 2000.

NANCY, Jean-Luc. Do ser-em-comum. In: DIAS, Bruno P.; NEVES, José. (Orgs.) **A política dos muitos**. Lisboa: Tinta-da-china, 2010.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Editora 34, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: EXO Experimental org, 2005.

RODRIGUES, Adriano D. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio D. (Orgs.). **O Jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

ORTEGA, Francisco G. Maurice Blanchot: Pensar a comunidade. In: **Revista Philósophos** (UFG), Goiânia, v. 3, n. 1, p. 3-10, 1998.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

TÉTU, Jean-François. Le Monde e Libération em perspectiva – referências e significação: Le Monde. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio D. **O Jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2009

TUCHMAN, Gaye. **Making News: a study in the construction of reality**. New York: The Free Press, 1978.

VATTIMO, Gianni. **A sociedade transparente**. Lisboa: Relógio D'água, 1992.

WIENER, Norbert. **Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos**. São Paulo: Cultrix, 1978.